



A FORMA DA ESTATÍSTICA E O CONTEÚDO DO DESEMPREGO

Adma Viana Bezerra
Discente do curso de Especialização em Geografia: Análise do Espaço Geográfico - UESB
adelu.2010@gmail.com

Sócrates Oliveira Menezes
Professor Assistente do Departamento de Geografia - UESB/DG
socratesmenezes@yahoo.com.br

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar o caráter ideológico e político inserido na concepção das pesquisas oficiais referentes às estatísticas do mundo do trabalho e emprego, realizadas no Brasil. Para tanto, foram apresentadas características das principais pesquisas de caráter domiciliar, enfatizando-se as concepções, métodos utilizados e os conceitos adotados pelas mesmas. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos e seguindo a orientação teórica, a pesquisa empírica foi estabelecida com a realização de um levantamento documental por meio de pesquisas nos principais órgãos representativos do poder público da cidade de Vitória da Conquista/BA, de modo a se constatar o grau de relevância dos dados disponibilizados para a percepção da atual configuração do mundo do trabalho. Além da insuficiência de informações disponíveis referentes ao mundo do trabalho, esta pesquisa mostra que os poucos dados disponíveis mascaram a gravidade do problema que envolve o desemprego e a informalidade.

Palavras chave: desemprego, informalidade, pesquisas oficiais.

Introdução

Atualmente, pode-se constatar a existência de diversos órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas do mundo do trabalho e emprego, presentes em diversos países. No entanto, é importante que se perceba que o método de pesquisa adotado por esses órgãos, não se encontra diretamente vinculado ao desenvolvimento das relações de produção e trabalho de cada país; na verdade, verifica-se que o mesmo tem se constituído em um tipo de mecanismo por meio do qual se articula a realidade com os interesses de classes, apregoados como se de fato fossem interesses sociais abrangentes.

No caso do Brasil, constata-se que os diversos órgãos oficiais existentes, fazem uso de concepções e métodos distintos para expressar as taxas de desemprego,



bem como os traços característicos da forma de funcionamento e organização do mercado de trabalho. Mediante o exposto, verifica-se a necessidade da realização de um estudo mais aprofundado das diversas pesquisas realizadas no território nacional.

Para tanto, foram apresentadas algumas características relevantes das principais pesquisas de caráter domiciliar realizadas no Brasil, sendo elas: a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Sistema Estadual de Análise de Dados – SP (SEADE); e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE); foram também analisados os conceitos concernentes ao mundo do trabalho e emprego adotados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Desenvolvimento

As Pesquisas: concepções e métodos

De acordo com o IBGE (2010), podem ser consideradas como desempregadas as pessoas sem trabalho e à procura de uma colocação no mercado de trabalho. Porém, é importante ressaltar o fato de que esse Instituto considera apenas a manifestação do desemprego em sua forma imediata, ou seja, o desemprego aberto que, por sua vez, refere-se a toda disponibilidade de mão de obra no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Uma das pesquisas aplicadas por esse Instituto é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada, desde 1980, em algumas das principais regiões metropolitanas do Brasil (GOBATO; SANTOS, 2009).

Pode-se dizer que a PME trata-se de uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal que “[...] adota um procedimento pontual, com pouco questionamento das condições de uma eventual ocupação e da procura e disponibilidade de trabalho.” (DEBECCA, 1996 *apud* GOBATO; SANTOS, 2009). Verifica-se ainda que somente a População em Idade Ativa (PIA) - que compreende a População Economicamente Ativa (PEA), bem como a População Não Economicamente Ativa (PNEA) - encontra-se sujeita a investigação da PME.



De acordo com o IBGE, o universo da PEA abarca tanto a população ocupada, como também a população que se encontra em uma situação de desocupação; especificamente com relação à população ocupada, verifica-se que essa se encontra sujeita as seguintes classificações:

- a) Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.), [...] sendo classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- b) Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c) Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d) Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário (IBGE, 2010).

É necessário compreender que o exercício de qualquer tipo de trabalho, seja ele formal ou informal, é considerado pelo IBGE como suficiente para classificar o indivíduo como integrante da população ocupada (empregada). Já a população designada como desocupada (ou desempregada), inclui aquelas pessoas que não estejam realizando nenhum tipo de trabalho, apesar de estarem dispostas a trabalhar e que, para tanto, procuraram de modo efetivo alguma forma de ocupação no mercado de trabalho nos últimos sete dias anteriores a realização da pesquisa. É ainda significativo destacar que:

[...] a PME adota períodos de referência de 7 e 30 dias para mensuração do desemprego (embora não utilize o último período para o cálculo do desemprego aberto) e a idade de 15 anos corresponde ao corte inferior para a definição da PIA. A procura de trabalho em 30 dias, quando não realizada nos 7 dias anteriores à entrevista, deve ter sido efetuada de maneira contínua, não podendo ter sofrido interrupção durante duas semanas consecutivas ou ter sido acompanhada do exercício de qualquer tipo de trabalho (GOBATO; SANTOS, 2009, p.5).



XIII JORNADA DO TRABALHO.
"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMÍAR DO SÉCULO XXI. OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"
Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012
ISSN - 978-85-60711-19-2

CEGeT
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Laboratório

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRUDENTE/SP

Co-realização
CEREST - P. Prudente/SP

É importante frisar que, caso não haja procura durante esse período, a pessoa simplesmente passa a ser classificada como inativa, sendo então desqualificada a condição de desemprego. Desse modo, verifica-se que a população inativa (ou Não Economicamente Ativa), é considerada como sendo a parcela do PIA que não esteja exercendo nenhum tipo de atividade e que também não tenha procurado trabalho nos últimos sete dias anteriores a pesquisa. De acordo com o IBGE (2010), nessa categoria encontram-se ainda incluídas as pessoas que realizaram trabalho não remunerado, com jornada inferior a 15 horas semanais.

Para Menezes (2007), essa concepção de desemprego indicada pela OIT/ONU, como também adotada pelo IBGE (que considera apenas o desemprego aberto), acaba por refletir um posicionamento político que sustenta a própria metodologia estatística, em qual se percebe uma ausência de relação entre a condição do desemprego, da informalidade, bem como da precarização do trabalho, na medida em que:

[...] o trabalhador envolvido no trabalho informal, ou mesmo no trabalho escravo, não se inclui nesses dados estatísticos porque “não estão procurando emprego”, já que desenvolve estas formas de trabalho para a sobrevivência. Mas, quais motivos que levam milhões de trabalhadores a realizarem essas formas de trabalho extremamente pauperizadas senão o próprio abismo do desemprego eminente? (MENEZES, 2007, p.148).

Além disso, o próprio conceito de desemprego adotado pelo IBGE pode ser considerado restrito, sobretudo pelo menor período de referência quanto à procura efetiva de trabalho, se comparado a outras pesquisas realizadas.

Devido às características peculiares de cada realidade, a própria taxa de desemprego aberto é tida como sendo insuficiente para a avaliação do comportamento do mercado de trabalho, uma vez que, no intuito de garantirem a sua própria sobrevivência, milhares de pessoas vêm-se obrigadas a se ocuparem em atividades caracterizadas pela informalidade e pela precarização, não contribuindo, assim, para a elevação da taxa de desemprego aberto. Entretanto, nos países capitalistas onde as relações de trabalho são predominantemente formais, observa-se uma realidade diferenciada, visto que aqueles que perdem seus empregos procuram trabalho em condições semelhantes às de seus postos anteriores (GOBATO; SANTOS, 2009).



A própria metodologia adotada pelo IBGE fundamenta-se em princípios estabelecidos pela OIT sendo, por isso, considerada como uma metodologia própria para países desenvolvidos, visto que esses possuem mercados de trabalho mais homogêneos, bem como uma ampla rede de proteção aos desempregados. Entretanto, a mesma se mostra inviável para a caracterização de mercados de trabalho heterogêneos, pouco desenvolvidos e estruturados, com grande disponibilidade de mão-de-obra e em quais a proteção social em face do desemprego apresenta-se de forma precária, como é o caso do Brasil.

Desse modo, visando desenvolver uma metodologia que fosse apropriada à realidade do mercado de trabalho brasileiro, criou-se então a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), fruto de um convênio entre a Fundação SEADE/DIEESE, sendo que:

A elaboração da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego pretendeu dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra [...] e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. [...]; o propósito básico da PED foi construir indicadores mais adequados à situação nacional, preservando a possibilidade de obter os indicadores frequentemente adotados em diferentes países (DIEESE, 2010).

Assim como a pesquisa realizada pelo IBGE, a PED é, também, uma pesquisa domiciliar mensal (apesar de realizar-se em uma média trimestral), desde 1984 na região metropolitana de São Paulo. Atualmente, essa pesquisa faz-se presente em várias regiões metropolitanas do Brasil, contando com o apoio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que auxiliam em sua disseminação (SEAD, 2010).

Com relação à População em Idade Ativa (PIA), abrangida pela PED, verifica-se que essa incorpora crianças de 10 a 14 anos, considerando-se que uma expressiva parcela dessa população encontra-se inserida no mercado de trabalho em virtude da própria realidade social do país. Sob essa Pesquisa, observa-se ainda que a PEA corresponde a parcela da População em Idade Ativa que se encontra em uma situação de ocupação ou de desemprego (DIEESE, 2010).



Considera-se como ocupadas as pessoas de dez anos ou mais que possuem trabalho remunerado (seja em espécie ou em benefício) ou não remunerado (caracterizado pela ajuda em negócios de parentes), desde que não estejam a procura de outro trabalho, diferente do atual. De um modo geral, acredita-se que os ocupados podem ser autônomos, assalariados, empregadores, trabalhadores familiares ou profissionais universitários autônomos e empregados domésticos (GOBATO; SANTOS, 2009). Coloca-se então aí a questão da relação entre a não procura de trabalho e a não perspectiva de conquista de um outro trabalho (menos precarizado). Desse modo, verifica-se que essa Pesquisa caminha no sentido de separar o desemprego, a precarização e a informalidade do trabalho, como se tratassem de fenômenos independentes.

Assim, observa-se uma verdadeira ausência de relação entre a quantificação e a qualificação dos dados apresentados, visto que muitos desses trabalhadores quantificados como ocupados, desenvolvem atividades caracterizadas pela irregularidade e pela precarização, como o trabalho realizado pelos trabalhadores autônomos, por exemplo. Pondera-se ainda a questão da falta de articulação entre essas diversas formas de ocupação e o fenômeno do desemprego; isto se dá na medida em que, toda e qualquer forma de ocupação torna-se sinônimo de emprego, descaracterizando-se, assim, a condição de desemprego e precariedade a qual essas pessoas encontram-se submetidas.

Já os desempregados, são pessoas que se encontram sem trabalho, ou realizando um trabalho caracterizado pela irregularidade e pela precarização; devido à situação, essas pessoas procuram efetivamente uma colocação no mercado de trabalho, por meio de um emprego ou de um negócio. De acordo com a PED, as pessoas desempregadas podem ser classificadas na situação de desemprego aberto, desemprego oculto pelo desalento e oculto pelo trabalho precário, de modo que:

[...] desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem



XIII JORNADA DO TRABALHO.
"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMÍAR DO SÉCULO XXI. OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"
Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012
ISSN - 978-85-60711-19-2

CEGeT
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Laboratório

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Co-realização
CEREST - P. Prudente/SP

êxito até 12 meses atrás; desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (DIEESE, 2010).

Assim, verifica-se que a PED difere da pesquisa de desemprego do IBGE, na medida em que há ampliação de sete para trinta dias do período de referência para a procura; observa-se também que a PED computa não apenas o desemprego aberto, mas inclui também pessoas que se encontram em uma situação de trabalho precário (fazendo bicos, por exemplo) ou desalento (sem ânimo, condições financeiras ou mesmo esperança para continuar a busca por uma nova ocupação, mas que procuraram efetivamente um trabalho nos últimos doze meses anteriores à realização da Pesquisa). É importante ressaltar que essa dimensão do desemprego oculto é a principal diferença da pesquisa do DIEESE/SEADE, em relação à pesquisa do IBGE, sendo a responsável pela expressiva diferenciação nas taxas apresentadas pelas mesmas, uma vez que as situações do desemprego oculto pelo desalento e oculto pelo trabalho precário não são captadas pelo IBGE:

[...] Na primeira situação, segundo o instituto, as pessoas nesta condição são consideradas inativas, já que não têm trabalho e não procuraram por algum nos últimos 7 dias, seguindo a medida de flexibilização do critério de procura de trabalho da OIT, já que o mercado de trabalho no Brasil apresenta pouca organização. Na segunda, tais indivíduos são considerados ocupados, apesar de estarem procurando trabalho e da precariedade da sua ocupação (GOBATO; SANTOS, 2009, p. 9).

Por esse motivo, as taxas de desemprego apresentadas pela PED são mais elevadas, quando comparadas aos dados da PME. Entretanto, apesar dessa expressiva diferenciação entre essas referidas pesquisas, acredita-se que a PED não pode ainda ser tida como suficiente para a percepção da realidade do mundo do trabalho e desemprego, visto que, sob a mesma, o desemprego encontra-se intrinsecamente associado à procura efetiva por trabalho; assim, encontram-se excluídos das estatísticas do desemprego, os trabalhadores precarizados ou desalentados que, por motivos diversos (dentre eles a própria escassez de emprego), desistiram de procurar efetivamente uma colocação no mercado de trabalho. Desse modo, constata-se uma verdadeira fragmentação do mundo



do trabalho, em função de uma ausência de relação entre a informalidade, a precariedade e o desemprego.

Ao que se refere à população inativa, segundo a PME, verifica-se que essa é composta por menores de dez anos, bem como pela parcela da PIA que:

(a) não tem necessidade e nem disponibilidade atual para trabalhar; (b) realizou algum trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negócio de parentes, sempre que em caráter excepcional, e não procurou trabalho; (c) realizou atividade não remunerada de caráter beneficente, estágio, etc., desde que também não tenha procurado trabalho (GOBATO; SANTOS, 2009, p.7).

Verifica-se ainda que parte da população classificada como inativa pela pesquisa do SEADE, devido à extrema inconstância e à ausência de previsão para a realização de algum trabalho (acontecimentos eventuais), é considerada como ocupada pelo IBGE. Para a Organização Internacional do Trabalho, a PEA:

[...] compreende todas as pessoas de ambos os sexos que se constituem em oferta de trabalho para a produção de bens e serviços como definidos pelo sistema de contas (e balanços) nacionais das Nações Unidas, durante um período de referência específico (GOBATO; SANTOS, 2009, p.3).

Considera-se essa constituída pelos que estão ocupados, bem como pelos que se encontram na situação de desocupação. De acordo com a OIT, ocupados são aqueles que:

[...] (a) possuem um emprego remunerado recebendo um salário, em dinheiro ou em espécie, bem como aqueles que têm um trabalho formal, mas que não estão temporariamente trabalhando (férias, doenças, licenças, etc.); (b) trabalham por conta-própria, em proveito próprio ou com ganho familiar, recebendo em dinheiro ou espécie; (c) possuem uma empresa, mas que temporariamente não estão trabalhando; e (d) os trabalhadores não remunerados (ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou cooperativas). (GOBATO; SANTOS, 2009, p. 3).

Nota-se que a definição de ocupação está intimamente ligada a realização de algum tipo de trabalho em pelo menos uma hora por semana (considerada como o limite



mínimo); Dessa forma, serão classificadas como ocupadas as pessoas que estiverem inseridas em um trabalho eventual, mesmo que procurando trabalho. Já a desocupação, por sua vez, é entendida como a ausência total de trabalho. Assim, constata-se que ambas as definições, apesar de relacionadas, são mutuamente excludentes.

Já a População Não Economicamente Ativa (ou inativa), segundo a OIT, é constituída por pessoas que não se encontram inseridas em alguma atividade econômica, podendo-se incluir nessa categoria as donas de casa, os aposentados, os estudantes, etc. Mediante o exposto, verifica-se que qualquer alteração conceitual nas categorias da estrutura da força de trabalho, pode modificar os limites estabelecidos entre a ocupação, a desocupação e a inatividade, tais como:

- (a) A introdução de determinadas atividades não mercantis no conceito de atividade econômica; (b) O critério de horas mínimas de trabalho; (c) A duração do período de referência, curto ou amplo; e (d) Relaxar o critério de "procura de trabalho" como exigência para a definição de desocupação (GOBATO; SANTOS, 2009, p. 4).

Em face a toda essa diversidade nos conceitos relativos ao mundo do trabalho e emprego, a OIT sugere então a criação de um sistema de estatística do trabalho, de modo a estabelecer diretrizes gerais que possibilitem a comparabilidade dos dados entre os países membros da Organização das Nações unidas (ONU). Para tanto, a OIT organiza Conferências Internacionais de Estatísticas do Trabalho, que podem ser usadas como referência ao trabalho estatístico dos países membros. Com essas medidas, objetiva-se, sobretudo:

[...] a medição da disponibilidade e do uso dos recursos humanos com vistas ao acompanhamento macroeconômico e ao planejamento para o desenvolvimento; a medição das relações entre emprego, renda e outras características sócio-econômicas em relação à formulação e ao acompanhamento de políticas de emprego e de geração e distribuição de renda, entre outros objetivos (GOBATO; SANTOS, 2009, p.2).

Porém, é importante ponderar a viabilidade de tal unificação conceitual referente ao mundo do trabalho, uma vez que os diversos países, sejam eles desenvolvidos ou não desenvolvidos, apresentam características que lhes são peculiares. Por essa razão, faz-se



necessário atentar a toda essa heterogeneidade no processo de interpretação das estatísticas referentes aos dados coletados, subjugando-os a uma observação e análise criteriosa.

Uma análise dos conceitos até então expostos, permite-nos ainda identificar uma dissociação entre os fenômenos do desemprego e da informalidade. Por esta razão, faz-se então necessário também averiguar as diversas conceituações do trabalho informal, adotadas pelos diversos órgãos oficiais.

O conteúdo do desemprego e a informalidade do trabalho

A OIT considera trabalhadores informais aqueles que exercem atividades econômicas à margem da lei e desprovidas de proteção ou regulamentação pública, e cuja produção acontece em pequena escala. De acordo com essa Organização, o trabalho informal também se caracteriza pela ausência das relações contratuais para com os trabalhadores. Desse modo, verifica-se que tanto o tipo de contabilidade mantida, bem como de organização legal da unidade de produção, apresentam-se como os dois critérios básicos da definição internacional de setor informal, não se mencionando a questão da ilegalidade/precariedade (KON, 2008).

É importante ainda ressaltar o fato de que o trabalho informal é visto pela OIT, como sendo não somente uma estratégia de sobrevivência, mas também uma opção de vida para os trabalhadores desenvolverem o próprio negócio nestas atividades caracterizadas pela irregularidade, porém, geradoras de renda.

Entretanto, Menezes (2007) acredita que esse posicionamento político e metodológico acaba por induzir a uma reversão da problemática do desemprego, separando-o de sua real causa, que é o modo de produção capitalista. Para esse autor, o trabalho informal, o subemprego e o trabalho escravo, não devem ser vistos como sendo uma opção do trabalhador, mas sim como uma verdadeira falta de opção imposta pelo processo real de exploração do trabalho pelo capital; processo esse que desencadeia, por outro lado, a condição do desemprego que empurra massas de trabalhadores a qualquer forma precarizada de trabalho.

O IBGE, por sua vez, utiliza a metodologia recomendada pela OIT, considerando como informais as unidades econômicas consideradas como não agrícolas, sendo as mesmas "[...] produtoras de bens e serviços, com o objetivo principal de gerar



emprego e renda para as pessoas envolvidas, excluída a produção de serviços e bens para autoconsumo." (BARBOSA; SILVA, 1999, p.1). Ainda segundo o IBGE, essas empresas são caracterizadas pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. Sendo assim, observa-se que:

[...] foram colocados no mesmo balaio os trabalhadores por conta própria, sejam eles profissionais liberais ou vendedores de bugigangas nas esquinas, empresários à frente de negócios com até cinco empregados, assalariados que trabalham nessas empresas informais, com e sem carteira assinada, e trabalhadores não remunerados [...]; Ficaram de fora, por exemplo, os empregados domésticos, um verdadeiro exército de 5,2 milhões de pessoas, ou 7,6% da população ocupada, como mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo próprio IBGE em 1997. Também não foi incluído o trabalho informal feito por habitantes das áreas rurais, como o artesanato (BARBOSA; SILVA, 1999, p.1).

Por fim, constata-se que o DIEESE refere-se ao trabalho informal como sendo o desemprego oculto pelo trabalho precário, sendo esse constituído por:

[...] pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (DIEESE, 2010, p. 6).

Observa-se, assim, que o trabalho irregular está estritamente relacionado com a procura de outro emprego ou ocupação, diferente da que esteja atualmente sendo realizada.

Mediante o exposto, verifica-se que o fenômeno da informalidade, bem como do desemprego, encontram-se submetidos a diferentes abordagens (teoricamente conceituadas), utilizadas nas análises econômicas, fator que resulta na apresentação de dados estatísticos diferenciados pelos diversos órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas do mundo do trabalho e emprego (devido à metodologia de mensuração adotada por cada entidade), o que exige uma análise mais cuidadosa sobre o significado dos índices de desemprego calculados pelas referidas instituições.



É válido ainda ressaltar que as informações disponíveis referentes ao mundo do trabalho apresentam-se como sendo insuficientes para a caracterização dos fenômenos do desemprego e da informalidade do trabalho. Em Vitória da Conquista/BA, por exemplo (dimensão empírica da presente pesquisa), pôde-se constatar uma insuficiência de dados referentes a essa temática. Verificou-se ainda que os poucos dados disponibilizados pelos principais órgãos representativos do poder público dessa cidade são irrelevantes para a percepção da atual configuração do mundo do trabalho nesta localidade.

Os únicos materiais disponíveis na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, bem como na Câmara de vereadores desta cidade, são leis referentes à organização e disposição dos trabalhadores informais no espaço público da cidade, bem como a cobrança de tributos aos mesmos, sendo esses obrigatórios, conforme ressaltado no capítulo anterior. Apenas no prédio da Secretaria de Serviços Públicos (SSP) da referida cidade, pôde-se encontrar informações relacionadas aos trabalhadores informais; porém, as mesmas encontram-se defasadas, visto que apresentam dados correspondentes ao censo 2007 (por amostragem), realizado por essa Secretaria.

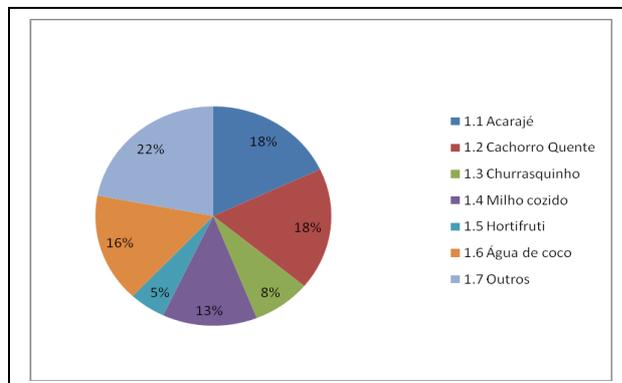
As mencionadas informações disponíveis dizem respeito aos tipos de atividades informais realizadas, aos locais de concentração desses trabalhadores, as principais motivações que os conduziram a optar pelo comércio informal, a porcentagem total de mulheres e homens envolvidos nesse tipo de atividade, a faixa etária, ao grau de escolaridade e o estado civil dos mesmos.

A Figura 01 apresenta dados da SSP de Vitória da Conquista, relacionados aos tipos de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais do centro comercial conquistense. A mesma diz respeito às atividades referentes ao gênero alimentício, que corresponde a 25,85% do total de produtos comercializados por esses trabalhadores informais. Verifica-se que o acarajé (18%); o cachorro quente (18%) e a água de coco (16%), dentre outros produtos não especificados (22%), são os principais alimentos comercializados. Já o milho cozido (13%), o churrasquinho (8%) e o hortifruti (5%), estão entre os produtos com menores índices de vendas.

Além dos gêneros alimentícios, esses trabalhadores informais ainda comercializam outros tipos de produtos, que correspondem a um total de 74,15%.



Figura 01 – Vitória da Conquista/BA: Principais produtos comercializados pelos trabalhadores informais do centro comercial conquistense (gênero alimentício) – 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

A venda de CD's e DVD's (33%), bem como de artigos importados (25%), apresentam-se como os produtos mais vendidos por esses trabalhadores informais, seguidas da comercialização de acessórios (15%); confecções (6%); relógios (2%) dentre outros (19%).

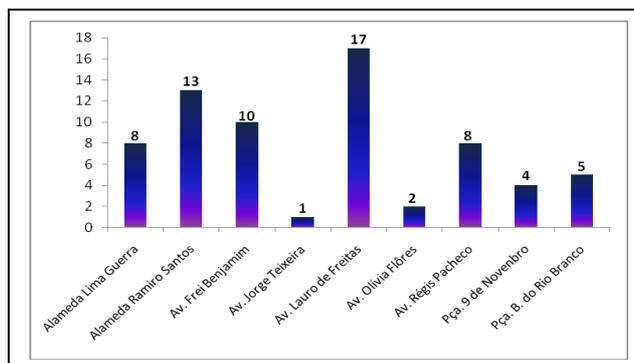
Assim, observa-se que esses dados demonstram apenas os principais produtos comercializados por esses trabalhadores informais, não fazendo menção à procedência desses produtos (origem), nem tão pouco às barreiras impostas pela fiscalização ao que se refere tanto a aquisição como também a comercialização dessas diversas mercadorias.

Já as figuras 02 e 03 expressam os principais locais de concentração desses trabalhadores informais, sendo apontadas algumas dentre as principais ruas, avenidas, travessas e praças do centro comercial conquistense; a Travessa dos Artistas (24), a Praça Hercílio Lima (19) e a Avenida Lauro de Freitas (17), são os três principais locais apontados como sendo de maior concentração dos trabalhadores informais. Já a Avenida Jorge Teixeira (01), a Rua Francisco Santos (01) e a Rua Monsenhor Olímpio, são tidas como os pontos de menor concentração desses trabalhadores. É importante frisar o fato de que esses dados são apresentados em valores absolutos e não sob a forma de porcentagem, conforme se pode observar nas figuras a seguir.

Desse modo, são distinguidos apenas os principais pontos de localização desses trabalhadores sem, contudo, atentar para o modo como eles se encontram dispostos nesses

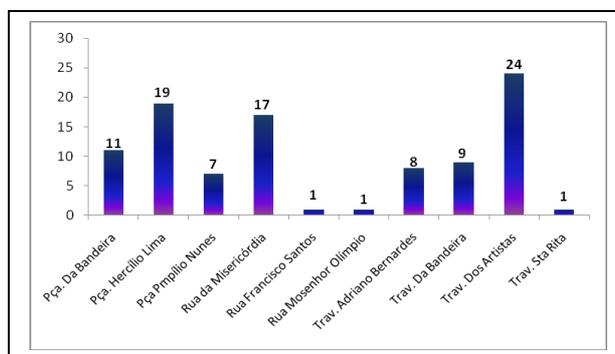
locais, bem como para as condições do comércio. Além disso, se oculta também a questão dos próprios conflitos territoriais na disputa por um local de trabalho.

Figura 02 – Vitória da Conquista/BA: Principais pontos de concentração dos trabalhadores informais – 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

Figura 03 – Vitória da Conquista: Principais pontos de concentração dos trabalhadores informais – 2007



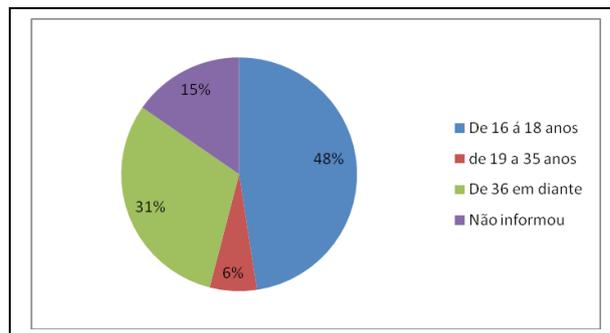
Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

Ressalta-se que a quantidade geral de trabalhadores abrangidos pela Pesquisa da SSP de Vitória da Conquista corresponde a um total de 166 pessoas, composta em sua grande maioria por homens (73,46%), com uma faixa etária que varia de 16 a 18 anos (48%); de 19 a 35 anos (6%) e de 36 anos em diante (31%); um total de 19 trabalhadores (15%) não informaram a faixa etária (Figura 04). A maior parte desses homens (83,73%), afirmaram trabalhar durante o dia e apenas 16,27% revelaram desenvolver atividades no período da noite. Porém, essa pesquisa não especifica se esses trabalhadores noturnos trabalham somente a noite, ou realizam ainda algum tipo de

atividade remunerada durante o dia. A maioria desses homens (64%), afirmaram serem casados; 28% declararam-se solteiros; 4% divorciados; ressalta-se que não há viúvos nesse grupo; um total de 4% não quis opinar.

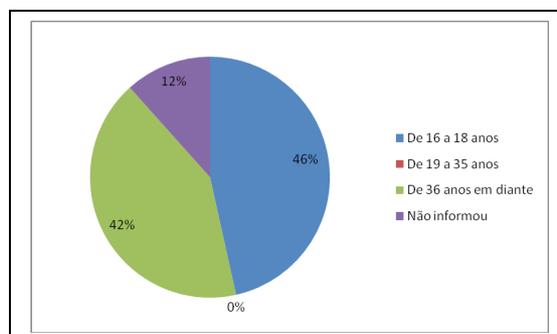
Dentre esses trabalhadores informais, um total de 25,54% corresponde ao total de mulheres, sendo que as mesmas apresentam a faixa etária que varia de 16 a 18 anos (46%); de 36 anos em diante (42%); não houve registro de trabalhadores com a faixa etária de 19 a 35 anos e um total de 12% não quis informar a idade (Figura 05). 86,04% dessas mulheres afirmaram trabalhar durante o dia e 19,96% no período da noite. Porém, do mesmo modo, essa pesquisa não especifica se essas mulheres são somente trabalhadoras noturnas, ou se realizam ainda algum tipo de atividade remunerada durante o período do dia.

Figura 04 – Vitória da Conquista: **Faixa etária dos trabalhadores informais (sexo masculino)** – 2007.



Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

Figura 05 – Vitória da Conquista/BA: **Faixa etária dos trabalhadores informais (sexo feminino)** – 2007

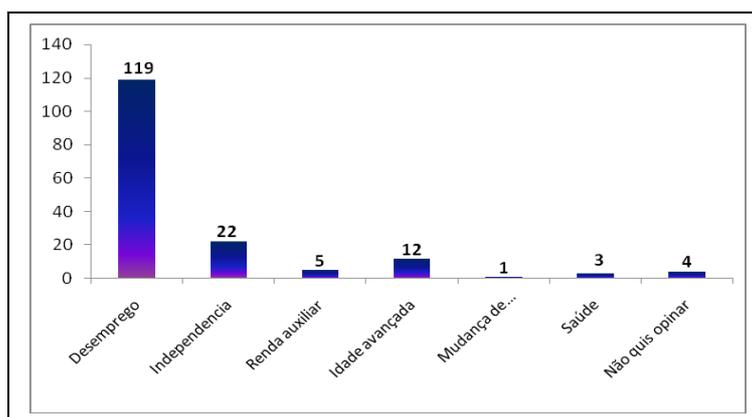


Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

Entre essas mulheres, 56% afirmaram serem casadas; 23% solteiras; 13% divorciadas; 8% viúvas.

Especificamente com relação aos motivos pelos quais esses trabalhadores informais optaram pelo comércio informal, na pesquisa da SSP foram apresentados o desemprego (119); a independência financeira (22); a idade avançada (12); a renda auxiliar (05); a saúde (03); a mudança de profissão (01), como sendo os principais motivos; 4 dentre esses trabalhadores não quiseram opinar (Figura 06). Ressalta-se ainda que, assim como nas figuras 02 e 03 (apresentadas anteriormente), os dados contidos na figura 06 são também apresentados em números absolutos.

Figura 06 – Vitória da Conquista: **Trabalho informal (principais motivações)** – 2007



Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SSP), 2007

Com relação ao grau de instrução, observa-se que a maioria desses trabalhadores (51%), não chegaram a concluir o Ensino Fundamental; 17% concluíram o Ensino Fundamental; 16% possuem o Ensino Médio completo; 5% não chegou a concluir o Ensino Médio; não há registros de trabalhadores que cursaram o Ensino Superior; um total de 19% não quis opinar.

Contudo, considera-se que esses dados referentes a esses trabalhadores, não são ainda suficientes para a caracterização do perfil desses trabalhadores informais do centro comercial conquistense, visto que os mesmos não especificam a origem desses trabalhadores; os locais de residência e de trabalho; o tempo de permanência no trabalho



informal; a renda familiar; as atividades anteriormente desenvolvidas pelos mesmos (caso haja); os principais problemas enfrentados por eles em seu dia-a-dia; a jornada de trabalho diária e semanal; a expectativa profissional dos em relação ao exercício de suas atividades; ou seja, esses dados apresentados pela SSP por si só não demonstram a condição de precarização a que esses trabalhadores informais encontram-se submetidos.

De acordo com Menezes (2007), os próprios dados em si escondem a real gravidade do problema que envolve o desemprego e a informalidade:

[...] Primeiro porque, muito embora os referidos índices já possam ser considerados desastrosos, as informações sobre trabalho e emprego se apresentam bastantes indefinidas e com grande variação para as diversas instituições de pesquisa, tanto governamentais como não governamentais. Isto, por si só, já questiona a confiabilidade e aponta a insuficiência, não somente estatística, mas também metodológica e política das informações oficiais sobre o mundo complexo do desemprego (MENEZES, 2007, p.147).

Para esse autor, a simples exclusão desses trabalhadores das estatísticas sobre desemprego, sem a análise das suas reais condições de trabalho, reflete um verdadeiro falseamento das próprias informações e uma leitura não real, não concreta sobre o desemprego.

Outro problema apontado, diz respeito a relativização estatística dos dados, na medida em que os índices de desemprego apresentados nas pesquisas indicam somente a quantidade proporcional de desempregados perante a população trabalhadora. Entretanto, Menezes (2007), acredita que esses números não devem ser negligenciados, muito menos relativizados, visto que os mesmos representam a existência de sujeitos que compõem um número absoluto de trabalhadores e que não podem ter sua condição miserável de vida escondida atrás de índices estatísticos, de modo que: “[...] aceitar a relativização do desemprego, por mínimo que seja, é naturalizar a miséria e, ao mesmo tempo, retirar da história a opressão do capital ao trabalho (MENEZES, 2007, p. 149).

Mészáros (2006), por sua vez, acredita que esses números oficiais precisam ser grosseiramente subestimados, considerando que tanto o desencontro de informações relacionadas ao mundo do trabalho e desemprego, bem como a escassez das mesmas,



configuram-se em esquemas de manipulação econômica e política a partir de uma falsa representação do estado de coisas existentes, ao passo que:

[...] trazer ao conhecimento números que tem de fato duplicado nas últimas duas décadas é demonstrar os efeitos, as consequências da crise estrutural do capital. Ou seja, nem o cinismo das estimativas quantitativas que, na verdade, camufla a deterioração das condições de trabalho, nem mesmo a falsa ideia sobre a 'flexibilidade' como saída redentora podem esconder as sérias implicações decorrentes da expansão e da acumulação do capital (MÉSZAROS, 2006, p. 29).

Desse modo, acredita-se que por mais que se objetive mascarar a realidade do mundo do trabalho por meio dos dados estatísticos, já não é mais possível ocultar a relação entre desemprego, precarização e informalidade como tendências vinculadas às formas atuais da relação capital *versus* trabalho, uma vez que esses refletem os limites do capitalismo, cuja expressão maior é a atual crise estrutural do sistema do capital.

Considerações finais

Ao que se refere à existência de diversos órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas do mundo do trabalho e emprego, verificou-se que os mesmos fazem uso de concepções e métodos distintos para expressar as taxas de desemprego, o que resulta na apresentação de dados com patamares perceptivelmente diferenciados. Ressalta-se, sobretudo, a inserção da ideologia da classe dominante na concepção das pesquisas oficiais utilizadas pelos Estados, bem como a utilização do próprio método de pesquisa como um meio de se articular a realidade com os interesses de classe.

Assim, das constatações, concluiu-se que a apresentação de dados estatísticos diferenciados (devido a metodologia de mensuração adotada por cada entidade), resulta da submissão dos fenômenos do desemprego e da informalidade, à diferentes abordagens utilizadas nas análises econômicas. Tudo isso nos leva a crer em uma insuficiência, seja estatística, metodológica ou política, das informações disponíveis referentes ao mundo do trabalho e desemprego, conduzindo ainda a um questionamento referente à confiabilidade dessas informações.



Reafirma-se ainda todo um posicionamento político e ideológico que sustenta a própria metodologia estatística, por meio do qual procura-se mascarar a realidade do mundo do trabalho, bem como ocultar a relação existente entre desemprego, precarização do trabalho e informalidade como tendências vinculadas as formas atuais da relação capital *versus* trabalho.

Referências

BARBOSA, J. SILVA, A. Por conta própria. **Revista eletrônica Problemas Brasileiros**, São Paulo, vol. 37, nº 335, set/out. de 1999. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=95&revista_id=3&Artigo_ID=564&reftype=1&IDCategoria=770&breadcrumb=1>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Principais Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml#>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

GOBATO, G. F. SANTOS, H. A. **Metodologias de apuração das taxas de desemprego no Brasil**: IBGE e Fundação SEADE. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/publicacoes/controversa/0018-5.html>>. Acesso em 15 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Metodológicas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

KON, A. A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de gênero. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP, Caxambú/MG, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_983.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2010.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des)trabalho. 2007. 382 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: Rumo a uma Teoria da Transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1.104 p.



XIII JORNADA DO TRABALHO.
"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMAR DO SÉCULO XXI. OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"

Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012

ISSN - 978-85-60711-19-2



Co-realização
CEREST - P. Prudente/SP

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Principais Conceitos:** O que é a Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em:
<<http://www.seade.gov.br/ produtos/ped/pedmv98/conceito.html>>. Acesso em: 26 abr. 2010.